



PARECER JURÍDICO Nº 90035/2026

INTERESSADO: Secretaria Municipal de Educação

ASSUNTO: Análise de legalidade do Edital de Concorrência Eletrônica n. 90035/2026.

Processo nº 90035/2026– Construção do Centro de Educação Infantil Profª Dulce Godinho Nazário – Conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

1. RELATÓRIO

O presente processo administrativo visa a contratação de empresa especializada para a execução das obras do Centro de Educação Infantil Profª Dulce Godinho Nazário, no Bairro Canto dos Ganchos. A demanda está orçada em **R\$ 7.926.443,97**, conforme detalhado no Termo de Referência.

A licitação será processada pela modalidade **Concorrência**, sob a forma **Eletrônica**, adotando-se o critério de julgamento de menor preço por lote único, com regime de execução por empreitada por preço unitário. Os documentos instrutórios incluem o Edital , o Estudo Técnico Preliminar e o Termo de Referência.

O procedimento fundamenta-se na Lei n. 14.133/2021 e nos Decretos Municipais n. 69/2023, 72/2023, 73/2023, 227/2023 e 228/2023. Cabe a esta procuradoria jurídica a análise da conformidade do instrumento convocatório com as normas de direito público.

2. FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

2.1. Do Planejamento da Contratação

A fase preparatória da licitação foi instruída com o Estudo Técnico Preliminar (ETP), que justifica a necessidade da obra para a ampliação da rede educacional. O documento descreve a complexidade técnica da estrutura, exigindo conformidade com normas de acessibilidade (NBR 9050) e segurança contra incêndio.

Ademais, o Termo de Referência delimita o objeto de forma precisa, fixando o prazo de execução em 12 meses. A administração utilizou como parâmetros de custos os sistemas SINAPI e SICRO, o que assegura a observância dos preços de mercado, conforme exigido pelo art. 23 da Lei n. 14.133/2021.

2.2. Da Modalidade e do Critério de Julgamento



A escolha da modalidade Concorrência é adequada para o objeto em questão, que consiste em serviços comuns de engenharia para construção de edificação pública. Nos termos do art. 6º, inciso XXXVIII, da Nova Lei de Licitações, a concorrência é a modalidade para contratação de bens e serviços especiais e de obras e serviços comuns e especiais de engenharia.

O critério de menor preço está em consonância com o art. 33, inciso I, da Lei n. 14.133/2021. Nesse sentido, o edital prevê o modo de disputa aberto, com lances sucessivos e prorrogações automáticas, favorecendo a competitividade e a busca pela proposta mais vantajosa.

2.3. Dos Requisitos de Habilitação

O edital estabelece critérios de **Qualificação Técnica** compatíveis com a dimensão da obra. Exige-se atestado de capacidade técnica que comprove a execução de edificação em alvenaria com no mínimo 508,00 m², o que representa parcela de relevância técnica do objeto.

Com efeito, a exigência de registro no CREA ou CAU, tanto para a empresa quanto para o responsável técnico, é indispensável para garantir a segurança jurídica e técnica da execução. No que tange à Qualificação Econômico-Financeira, o edital fixa índices de liquidez superiores a 1 (um) ou, alternativamente, patrimônio líquido de 10% do valor estimado da contratação, o que resguarda a saúde financeira da futura contratada.

2.4. Da Vistoria Técnica e Exequibilidade

Um ponto relevante é a disciplina da vistoria prévia. O edital assegura o direito de realização da visita ao local das obras, mas permite, alternativamente, que o licitante apresente declaração formal subscrita por seu responsável técnico afirmando o pleno conhecimento das condições do local. Esta previsão está alinhada ao art. 63, inciso II, § 2º, da Lei n. 14.133/2021, que visa evitar restrições desnecessárias à competitividade.

Quanto à exequibilidade das propostas, o edital fixa o parâmetro de 75% do valor orçado para a presunção de inexecuibilidade em serviços de engenharia. Outrossim, prevê a exigência de garantia adicional para propostas inferiores a 85% do valor orçado, conforme disciplina o art. 96 da legislação federal.

3. CONCLUSÃO

Diante da análise realizada, conclui-se que o Edital de Concorrência Eletrônica n. 90035/2026 e seus anexos estão em conformidade com os preceitos da Lei n. 14.133/2021. O planejamento foi devidamente formalizado por meio de ETP e TR, os critérios de habilitação são proporcionais ao objeto e os ritos procedimentais respeitam a transparência e a isonomia.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

FOLHA
Nº _____

Portanto, o parecer é favorável ao prosseguimento do certame licitatório, recomendando-se à unidade interessada a atenção aos prazos de publicação e às comunicações obrigatórias via sistema COMPRASGOV e PNCP.

É o parecer.

Governador Celso Ramos/SC, 29 de abril de 2026.

GRASIELA ILZA ROSA
Procuradora Geral do Município
OAB/SC 20.653